

último, importante marco democrático.

Agora, porém, com o início da nova Legislatura, é que o país viverá, de fato, as consequências dos resultados eleitorais. Com um Parlamento modificado, com as Oposições detendo a maioria das cadeiras da Câmara dos Deputados, alterações profundas não de surgir. Apesar do PDS constituir-se na maior bancada, o situacionismo terá de voltar-se para uma prática bem dizer esquecida; a da negociação política. Nada será fácil. Tampouco impossível. Exigir-se-á, isto sim, habilidade para transigir, pois, mostrando vocação para o entendimento, quando estiver em causa questões de interesse relevante, os governistas encontrarão setores moderados do PMDB e o PTB dispostos ao diálogo.

O que se acaba, em verdade, é o tempo do dó de peito.

Ainda em função das urnas de novembro, dentro de pouco mais de mês, vão tomar posse os governadores - dez deles oposicionistas. E os doze eleitos pelo partido oficial já não são produtos de escolhas fechadas. Ungidos pelo voto popular, devem agir com mais independência não só em seus estados, como também nas incursões à capital da República à procura de apoio federal, ou seja, de recursos da União para realizações administrativas ou para emergências de ordem diversa.

Mais que nunca, desde o Presidente da República até ministros de Estado e figuras de escalões com poder decisório, o Governo precisará negociar. Só assim, Brasília continuará sendo a capital da abertura - aceitando-se o livre debate, tanto o político, como o econômico.

E também o social.

Sim, porque em meio à crise atual, ante a medicação forte de que se lança mão para o saneamento da economia, prometem-se aflições para vários segmentos da população. Torna-se óbvio, portanto, que eclodirão, aqui e ali, movimentos reivindicatórios. Amostra do que está por vir pode ser colhida nas manifestações de setores do funcionalismo em razão de defasagens salariais apontadas por suas lideranças. Do mesmo modo, as recentes mudanças na política salarial, sobretudo com a retirada dos dez por cento acima do INPC para as faixas que percebem até três salários mínimos, irão determinar seguidos pronunciamentos classistas. E, nasçam eles no ABCD paulista, nas Indústrias gaúchas ou nas usinas açucareiras do Nordeste, todos desaguarão em Brasília.

Como aqui também repercutirá todo um quadro esboçado no Rio de Janeiro por força da eleição de Leonel Brizola para o Governo estadual. Trata-se de um antigo exilado, como vários outros que puderam votar e ser votados em novembro de 1982 graças à anistia concedida por Figueiredo.

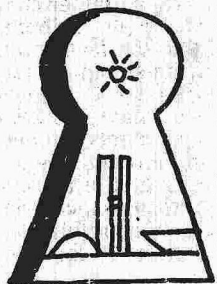
E com Brizola o Rio voltará a ser um pólo de atividade política, como o será Minas Gerais. Só que aí a ação política de desenvolverá sem traumas, em razão da presença de Tancredo Neves, um político que não pretende mudar as coisas da água para o vinho, no Palácio da Liberdade. Ao passo que no Rio de Janeiro cada vez mais o lobo se revelará sob a pele de cordeiro. A verdade é que Brizola ainda é o mesmo da época de João Goulart na Presidência da República. Aliás, não propriamente o mesmo, porque em década e meia no exterior ele pôde ler, enxergar outros mundos, notadamente depois de deixar o Uruguai e passar para países europeus, até chegar aos Estados Unidos. Foram anos em que o antigo político gaúcho manteve contatos com cérebros inteligentes, pragmáticos e dialéticos, lapidando o que possuía em forma mais ou menos bruta.

Tanto que, depois de seu regresso ao Brasil, para Brizola tornou-se mais natural percorrer mil quilômetros até o Ministério da Justiça, na Esplanada aqui em Brasília, do que para Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, vencer metros de uma praça a fim de dialogar com o Ministro Ibrahim Abi-Ackel. Nessa época a pele de cordeiro, ainda intacta, ocultava por completo o que estava por baixo.

Mesmo durante a campanha para Governador do Rio de Janeiro ele agiu segundo o figurino a que se submetera em obediência a uma estratégia certa, afinal. No princípio, era um candidato sem maiores pretensões; depois, cresceu muito, sem, no entanto, abandonar o papel que escolhera.

Seu primeiro uivo encheu a noite carioca e todo o Brasil nos instantes iniciais das apurações, ao denunciar uma iminência de fraude. Daí para cá, ora morde, ora sopra. Está sempre à espreita do momento adequado para uma ou outra atitude, sem prejuízo de grandes jogadas, do tipo da que estabeleceu para o próximo 15 de março. Ao convocar a população da cidade do Rio de Janeiro para que naquela data varra as ruas e calçadas, melhore as fachadas de casas e edifícios, Brizola promove nada mais, nada menos que uma limpeza. Uma limpeza que tem muito de simbólico, importando, inclusive, na limpeza do que ficou da Revolução de 1964, na intenção final de chamar para seu estado e para sua posse as atenções da nação num dia em que outros 21 governadores estarão assumindo em todo o país.

Corre, assim, o Rio de Janeiro o risco de converter-se numa capital fechada (não por um recrudescimento do regime, o que não encontra apoio nas Forças Armadas, tampouco nas lideranças políticas responsáveis e muito menos no Presidente Figueiredo). Enquanto isso, mesmo aqui desembocando tais ações, a par do debate político revitalizado, das sortidas de governadores à busca de recursos e das reivindicações de caráter social, Brasília terá de continuar firme em sua função de capital da abertura, tarefa para a qual o Governo Federal, agora como nunca, precisará dispor de uma vocação invulgar.



OLÍMPIO DE MELO
Editor de Opinião

TUDO VAI DESAGUAR EM BRASÍLIA

Brasília, sem dúvida, é a capital da abertura. Foi daqui que Geisel, quando Presidente da República, comandou o processo da distensão. Daqui, também, nestes quase quatro anos, o Presidente Figueiredo abriu o regime, dentro de seu propósito - de fazer deste país uma democracia.

Comandando um projeto de etapas já por demais conhecidas, a começar pela anistia, o Presidente conseguiu chegar às eleições de novembro